

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE
COLARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2024

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	100 956,52	36 400,72
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		7 414,38	7 414,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		108 370,90	43 815,10
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber	11.1	18 820,18	18 003,84
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	11.5	6 252,38	500,85
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Gastos a reconhecer		161,27	137,27
Caixa e depósitos bancários	11.2	72 138,05	121 357,97
		97 371,88	139 999,93
Total do ativo		205 742,78	183 815,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.4	12 649,75	12 649,75
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11.4	15 420,36	5 339,33
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		22 347,81	3 750,00
		50 417,92	21 739,08
Resultado líquido do período		-9 197,77	10 081,03
Total dos fundos patrimoniais		41 220,15	31 820,11
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.4	26 410,45	32 710,46
Estado e outros entes públicos	11.5	21 681,94	20 420,79
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pessoal		25,46	0,00
Outros Passivos Correntes	11.6	116 404,78	98 863,67
		164 522,63	151 994,92
Total do passivo		164 522,63	151 994,92
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		205 742,78	183 815,03

A Direcção

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
Helder Sobral Teixeira Botelho
Donatário
Cecília Moreira
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
cc 77683

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	7	944.106,06	917.397,42
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 11.7	24.856,77	20.598,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	11.8	298.288,76	278.199,12
Gastos com o pessoal	9	811.152,26	727.496,63
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		561,11	11.646,41
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	11.9	188.927,64	150.941,52
Outros gastos	11.10	39.912,01	49.353,65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.976,33	22.241,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	17.177,11	12.160,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-9.200,78	10.080,48
Juros e rendimentos similares obtidos	11.11	3,01	0,55
Juros e gastos similares suportados	11.11	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-9.197,77	10.081,03
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-9.197,77	10.081,03

A Direção

Contabilista Certificado

P. J. A. K. M. de S. L.
Henri Isidoro Teixeira Botelho
Doutor
Cecilia Moreira
Januário

L. J. M. L. L.
CC 77683

Centro Social Paroquial de Colares

Anexo

31 de Dezembro de 2024

Handwritten notes and signatures:

- 11-10-11
- ~~Redacted~~
- Handwritten signature
- Handwritten signature
- Handwritten signature

Índice.....	2
1 Identificação da Entidade.....	4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1 Bases de Apresentação.....	4
3.1.1 Continuidade:.....	4
3.1.2 Regime do Acréscimo :.....	5
3.1.3 Consistência de Apresentação.....	5
3.1.4 Materialidade e Agregação:.....	5
3.1.5 Compensação.....	5
3.1.6 Informação Comparativa.....	6
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis.....	6
3.2.2 Clientes e outras contas a Receber.....	7
3.2.3 Fundos Patrimoniais.....	8
3.2.4 Estado e Outros Entes Públicos.....	8
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	8
5 Ativos Fixos Tangíveis.....	9
7 Rédito.....	9
8 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	10
9 Benefícios dos empregados.....	10
10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
11 Outras Informações.....	11
11.1 Clientes e Utentes.....	11
11.2 Caixa e Depósitos Bancários.....	12
11.3 Fundos Patrimoniais.....	12
11.4 Fornecedores.....	12

11.5	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
11.6	Outras Contas a Pagar.....	13
11.7	Subsídios, doações e legados à exploração.....	13
11.8	Fornecimentos e serviços externos.....	14
11.9	Outros rendimentos e ganhos.....	14
11.10	Outros gastos e perdas.....	15
11.11	Resultados Financeiros.....	15
11.12	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

Pjst
Basilio
Z

1 Identificação da Entidade

O “Centro Social Paroquial de Colares” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS. É uma instituição particular de solidariedade social com sede na Travessa da Calçadinha número seis, em colares. Constituída em 25 de julho de 1983 e tem como atividade principal a promoção de ações de educação e ajuda à comunidade.

P. J. K.
23/07/2024
cu
F

2 Referencial Contabilístico de Preparação das

Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a

Norma Contabilísticas e de Relato Financeiras para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF – ESNL), conforme determina o artº 9º-E, do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

O sistema de Normalização para as Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho;

Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho;

NCRF-ESNL – Aviso nº 8259, de 29 de Julho;

Normas interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo :

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas

contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

A natureza da reclassificação;

A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

Razão para a reclassificação.

P. J. M.
J. B. B.
@
f

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	n/a
Edifícios e outras construções	8 a 16 anos
Equipamento básico	8 a 16 anos
Equipamento de transporte	8 a 14 anos
Equipamento biológico	n/a
Equipamento administrativo	8 a 16 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	n/a

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade;

fundos acumulados e outros excedentes;

1. Jit
Estadísticas
a
f

3.2.4 Estado e Outros Entes Públicos

As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC)

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas

contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

		2024				
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00	39.404,59				39.404,59
Equipamento básico	211.624,61	5.696,75				217.321,36
Equipamento de transporte	74.885,57	34.099,00				108.984,57
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	52.284,91	2.532,57				54.817,48
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	338.795,09	81.732,91	0,00	0,00	0,00	420.528,00
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00	2.462,79				2.462,79
Equipamento básico	187.276,30	5.590,32				192.866,62
Equipamento de transporte	64.178,33	7.831,47				72.009,80
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	50.939,74	1.292,53				52.232,27
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	302.394,37	17.177,11	0,00	0,00	0,00	319.571,48
Ativos Fixos Tangíveis	36.400,72	64.555,80	0,00	0,00	0,00	100.956,52

7 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
receitas de utilizadores	404.147,19	386.863,19
Subsídios à exploração	539.958,87	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	944.106,06	386.863,19

Durante o ano de 2024 foi adotada a mudança contabilística do reconhecimento dos subsídios à exploração, concedidos especificamente para complemento unitário à formação escolar e pre escolar.

Com esta alteração, a rubrica de subsidios foi reclassificada de 2023 para 2024, para a rubrica de prestação de serviços. Sem este efeito as prestações de serviços apresentariam um aumento de 4,7%.

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2024	2023
Subsídios do Governo		
Comparticipações Segurança Social	0,00	530.534,23
Gabinete de inserção Profissional	0,00	0,00
Cantina Social	13.391,49	9.712,00
Câmara Municipal Sintra	0,00	10.886,00
IAPMEI	0,00	0,00
IEFP	11.465,28	0,00
Outras entidades	0,00	0,00
Total	24.856,77	551.132,23

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2024 e 2023, foram, respetivamente "5" e "5".

Os órgãos diretivos não usufruem remunerações no exercicio dessas funções, assim como os membros do órgão de fiscalização.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de "43" e em 31/12/2023 foi de "40".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	656.775,15	586.796,85
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	144.130,12	131.477,03
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8.643,67	7.068,56
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.603,32	1.262,83
Total	811.152,26	727.496,63

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	18.820,18	18.003,84
Clientes e Utentes Títulos		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes duvidosos		
Clientes		
Utentes	30.888,34	29.823,05
Total	49.708,52	47.826,89

Nos períodos de 2024 e 2023 encontram-se registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2024	2023
Clientes		
Utentes	30.888,34	29.823,05
Total	30.888,34	29.823,05

11.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2024	2023
Caixa	753,62	1.422,69
Depósitos à ordem	69.375,25	117.929,11
Depósitos a prazo	2.009,18	2.006,17
Outros		
Total	72.138,05	121.357,97

11.3 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” em 2024 ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12.649,75	0,00	0,00	12.649,75
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.339,33	10.081,03	0,00	15.420,36
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.750,00	21.171,00	2.573,19	22.347,81
Total	21.739,08	31.252,03	2.573,19	50.417,92

11.4 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	26.410,45	38.367,35
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	26.410,45	38.367,35

1. J. Anty
1. J. Anty
1. J. Anty

11.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.252,38	500,85
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	6.252,38	500,85
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.643,58	4.096,16
Segurança Social	18.038,36	16.324,63
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	21.681,94	20.420,79

11.6 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		114.630,08		97.889,07
Cauções				
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		1.774,70		974,60
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	116.404,78	0,00	98.863,67

11.7 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
ISS, IP Participações	0,00	530.534,23
ISS, IP Outros subsídios	13.391,49	9.712,00
Outros entes públicos	11.465,28	10.886,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	24.856,77	551.132,23

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8. Esta rubrica sofreu uma mudança de politica contabilistica imposta por disposição legal. Sem este feito a rubrica de subsidios sofreu um aumento de 20,7%.

11.8 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, foi, em euros, a seguinte:

Descrição	2024	2023
Material Refeitório	123 739	101 573
Trabalhos Especializados	35 041	44 332
Honorários	23 307	25 521
Conservação e Reparação	20 079	22 907
Eletricidade	13 311	10 308
Material Didático	12 292	13 681
Limpeza, Higiene e Conforto	11 164	9 872
Deslocações e estadas	10 540	9 858
Combustíveis	10 468	8 623
Seguros	10 229	8 294
Ferramentas e Utensílios Desgaste	7 857	6 206
Comunicação	4 523	5 292
Rouparia	2 889	2 199
Material de Escritório	2 267	726
Água	1 718	1 935
Saude Utentes	1 145	2 257
Outros	7 720	4 615
Total	298 289	278 199

11.9 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	188.927,64	150.941,52
Total	188.927,64	150.941,52

7

Colares, 05 de junho de 2025

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
CC 77683

A Direção

[Handwritten signature]
~~Handwritten text~~
Danilo
Cecilia Monerle
[Handwritten signature]

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício do ano 2024

Em conformidade com as disposições estatutárias, em particular ao abrigo do artigo 26º, alínea b) dos estatutos desta instituição, e demais legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vem o Conselho Fiscal de “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE COLARES”, emitir o seu Parecer e respetivo Relatório referente aos documentos de prestação de contas, reportadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais nos foram apresentados pela Direção e por esta aprovados, conforme ata nº 704 (setecentos e quatro) de cinco de junho de dois mil e vinte e cinco.

O presente Parecer abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas constituídos pela Ata da Direção, Balanço, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Anexo às Demonstrações Financeiras e Mapas de Valências, apresentadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo

Desta forma o presente Parecer reporta-se à verificação da regularidade dos registos contabilísticos e ao cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor na Instituição, tendo recebido os documentos acima referidos, bem como os esclarecimentos solicitados à Direção.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço de 31 de dezembro de 2024, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise da ata nº 704 redigida e aprovada pela Direção, que contem a aplicação de resultados.

Como consequência do trabalho efectuado, emitimos nesta data o Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas, que não inclui reservas nem recomendações.

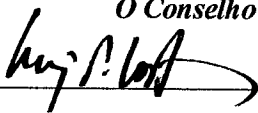
Face ao exposto, somos de opinião que o Balanço e as demais Demonstrações Financeiras suprarreferidas e a Ata da Direção, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que merecem aprovação.

Desejamos ainda agradecer à Direção o esforço e dedicação prestados, bem como a todos os colaboradores o nosso apreço pela colaboração.

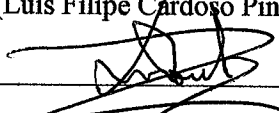
Colares, 11 de junho de 2025

O Conselho Fiscal

Presidente:


(Luís Filipe Cárdozo Pinto da Costa)

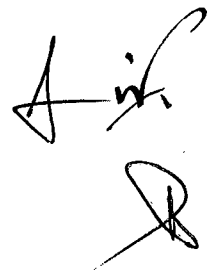
Secretário:


(Diácono Luiz Moraes Ladeiro Pinto)

Vogal:


(Jorge Maria d'Orey da Cunha Santiago)

Relatório do Conselho Fiscal



Introdução

1. Nos termos dos estatutos e da legislação aplicável, apresentamos o Relatório sobre a informação financeira contida no Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 do Centro Social Paroquial de Colares. O Balanço em 31 de dezembro de 2024 tem um total 205.742,78€, destacando que os Fundos Patrimoniais tiveram um aumento significativo fixando-se em 41.220,15€, à custa da conta de Ajustamentos e Outras Variações nos Fundos Patrimoniais. No entanto, o Resultado Líquido do exercício de 2024 apresentou um saldo negativo de 9.197,77€.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direção: a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade da Instituição, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A responsabilidade do Conselho Fiscal consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, nos aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara e objetiva, competindo emitir relatório independente baseado nesse exame.

Âmbito

4. O exame do Conselho Fiscal foi efectuado de acordo com as normas, técnicas e diretrizes legais e estatutariamente exigidas, as quais determinam que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Este exame incluiu que a verificação e apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante da ata da Direção com os restantes documentos de prestação de contas.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Centro Social Paroquial de Colares em 31 de dezembro de 2024, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data estão em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara e objetiva.

Verifica-se em quase todas as rubricas melhorias significativas nos saldos contabilísticos do Balanço, nomeadamente:

- a) Aumento significativo dos AFT
- b) Aumento dos Fundos Patrimoniais
- c) Redução da conta de Fornecedores;
- d) Aumento dos Outros Passivos Correntes;

Quanto à Demonstração de Resultados, salientamos

- a) Aumento dos serviços prestados e dos subsídios e doações;
- b) Aumento em cerca de 20 mil euros dos valores com fornecimentos e serviços externos;
- c) Também a rubrica de outros rendimentos apresenta um incremento significativo;
- d) Os gastos com o pessoal cresceram cerca de 84 mil euros.

Assim, reiterando a nossa convicção que as demonstrações financeiras acima referidas representam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, é nosso parecer que o relatório e contas, relativo ao exercício findo a 31 de dezembro de 2024 merecem aprovação.

Colares, 11 de junho de 2025

O Conselho Fiscal

Presidente:

(Luís Filipe Cardoso Pinto da Costa)

Secretário:

(Diácono Luís Morais Ladeiro Pinto)

Vogal:

(Jorge Maria d'Orey da Cunha Santiago)